

Joel Birman – mesa de encerramento**DISPOSITIVO DO LEITOR, SINGULARIDADE E MULTIDÃO*****I. Palavra, ato e política**

A concepção dos Estados Gerais é eminentemente política. Trata-se de um instrumento de consulta popular, de origem francesa, que se originou na aurora dos tempos modernos, pelo qual o soberano convocava os seus súditos para opinar à propósito de alguma questão de interesse coletivo. A Revolução francesa, que junto com a Revolução norte-americana inaugurou a modernidade política no Ocidente, foi catalisada pela convocação dos Estados Gerais, realizada pelo Rei da França, no final do século XVIII. A consulta popular no caso em questão se transbordou e se transformou em ato revolucionário, ultrapassando em muito os desígnios e expectativas da soberania em pauta, levando assim de roldão o Antigo Regime. A palavra se tornou ato, portanto, subvertendo as linhas de força que sustentavam a ordem vigente, fissurando as estruturas da institucionalidade então estabelecida. O mundo foi revirado, enfim, de ponta-cabeça, de maneira francamente imprevisível.

É esta relação de tensão entre **palavra** e **ato** que está sempre presente, de forma imanente, em qualquer convocação de algo como os Estados Gerais. Isso porque não se sabe jamais de antemão quais serão os desdobramentos efetivos de uma convocação como essa, que assume uma tal envergadura e extensão nos seus efeitos, que a imprevisibilidade das direções e das tomadas de posição assumidas por uma Assembléia Geral podem mudar os rumos da ordem instituída. Daí porque o fantasma da revolução está sempre presente, encantando e aterrorizando sempre as pessoas numa convocação como esta dos Estados Gerais, pelo impensável da ação que disso pode decorrer. Isso porque na tensão e oposição entre palavra e ato, o deslocamento da primeira para a segunda é sempre iminente.

* Este texto foi escrito à partir das notas que me orientaram na intervenção oral que realizei na Assembléia Geral de fechamento, do II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise, em 2 de novembro de 2003, que foi coordenado pelo Comitê Executivo responsável pela organização do evento.

Numa retórica atual pode-se reconhecer neste instrumento de convocação o princípio político da democracia direta, pelo qual os cidadãos de uma dada comunidade podem exercer plenamente a soberania do seu poder e de sua potência, sem considerar para isso a intermediação de órgãos e de instituições, como ocorre comumente no funcionamento regular de qualquer Estado. É a **política** na sua pureza e na sua nervura fundamental que se destaca nesta empreitada. Isso porque a **representação** enquanto tal é momentaneamente colocada de lado, em estado de suspensão, em decorrência do **poder constituinte**¹ atribuído temporariamente à Assembléia Geral. O que fica em pauta, portanto, é o exercício direto e franco da soberania popular, sem que a representação política seja conferida a ninguém, que é momentaneamente suspensa, naquilo que concerne, é claro, os temas e as questões que se inscrevem na convocação dos Estados Gerais.

Não obstante essa inscrição precisa na história política francesa, pode-se depreender disso tudo que o dispositivo em questão tem, no entanto, uma longa história anterior, que se identifica com a própria invenção da democracia na Grécia antiga, quando o povo reunido em Assembléia Geral definia e decidia os destinos da **polis**. A idéia de democracia se identifica aqui, portanto, com a da política enquanto tal, quando a Assembléia Geral dos cidadãos assumia diretamente o poder de decisão, para definir os destinos da polis. Se aqui a ação e a decisão pressupunham sempre os embates retóricos entre os oponentes, forjados que eram entre argumentos e contra-argumentos bem fundamentados, o destino insofismável dos discursos era sempre a ação, pois o que estava sempre em pauta eram os desígnios maiores da existência coletiva. Era a polis, enfim, que estava sempre em jogo, na sua dispersão e unidade.

Foi neste sentido, portanto, considerando esta dupla temporalidade histórica, presente no dispositivo em questão, que os Estados Gerais foram inscritos recentemente na psicanálise, quando foram convocados à partir de uma iniciativa francesa, em 1998. O seu disparador foram os múltiplos **efeitos** políticos provocados pela publicação do livro de Helena Besserman Vianna no movimento psicanalítico internacional.² Isso porque a participação de um analista em formação, na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, em práticas de tortura nos tempos de chumbo da ditadura militar brasileira, colocou em questão de maneira frontal as formas de eticidade que regulavam a instituição psicanalítica no contexto internacional.

¹ Negri, A. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

² Besserman Vianna, H. *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro, Imago, 1994.

Não era apenas uma instituição psicanalítica menor, localizada na periferia da soberania psicanalítica e do poder internacional, que estava em pauta aqui, mas o sistema enquanto tal, como uma totalidade. Com efeito, as instâncias brasileiras não atuaram de maneira isolada, neste episódio, mas contaram também com a colaboração efetiva da direção da **International Psychoanalytic Association** para silenciar o que aconteceu. Vale dizer, o acobertamento do episódio com o dito analista em formação contou com a participação não apenas das autoridades institucionais brasileiras, como também dos órgãos da dita instituição internacional. Foi em decorrência disso tudo, enfim, que o I Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise aconteceu em Paris, em 2000, passando em pente fino o estado de coisas da psicanálise neste momento histórico.³

II. Disseminação e dissolução

Não quero me alongar mais sobre isso, que é já de conhecimento amplo e geral de todos vocês. Isso seria excessivo e desnecessário. Porém, se evoquei aqui tudo isso foi para me introduzir à **problemática** desta intervenção, qual seja, de que os Estados Gerais da Psicanálise se materializou como uma instância de democracia direta no campo do movimento psicanalítico. Foi justamente isso que esteve em pauta aqui o tempo todo, na constituição desta Assembléia Geral, que teve a duração de quatro dias e que hoje termina nesta avaliação final do que aconteceu.

Vale dizer, neste quatro dias, que foi o tempo de duração do II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise, as instituições psicanalíticas às quais todos pertencemos foram colocadas temporariamente em estado de suspensão, para que alguns problemas de interesse coletivo do movimento psicanalítico pudessem ser livremente discutidos e deliberados. Com efeito, cada um de nós está aqui presente em primeira pessoa e não como representante de qualquer instituição psicanalítica. Não existe aqui qualquer delegação de poder, bem entendido. Cada um de nós está aqui porque quer e não como representante da instituição a que pertence. Com efeito, este II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise, como também o I Encontro Mundial que lhe antecedeu, aliás, constituem em ato e temporariamente uma **multidão de singularidades**, no sentido específico em que Antonio Negri atribuiu a estas palavras e conceitos.⁴

³ Major, R. (Organizador). *Estados Gerais da Psicanálise*. Julho, 2000. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2003.

⁴ Negri, A., Hardt, M. *O Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Espera-se, é claro, que de alguma maneira cada uma das singularidades aqui reunidas terá um efeito sobre as suas instituições de pertencimento, pela própria experiência de suspensão de institucionalidade que aqui efetivamente aconteceu. Não no sentido de constituir outras instituições psicanalíticas e dissolver aquelas a que pertencem, é óbvio, mas de introduzir nas suas organizações de pertinência uma outra visada que possibilite uma outra modalidade de catalização da experiência psicanalítica. Estaria justamente aqui a potência de **disseminação** que pode ter os Estados Gerais no campo do movimento psicanalítico. É isso que se espera dele, especificamente. E apenas isso, bem entendido.

É este o único **poder** que se outorga os Estados Gerais da Psicanálise, qual seja, o de ser uma potência de disseminação no campo do movimento psicanalítico. É esta a única produção que reivindicamos ostensivamente para este evento. Todo o resto não nos interessa, absolutamente. Vale dizer, os Estados Gerais da Psicanálise não vão se transformar nem numa nova instituição psicanalítica, nem tampouco numa outra internacional psicanalítica. Pelo contrário, como dissemos todo o tempo, nas Assembléias Gerais de preparação deste II Encontro Mundial, os Estados Gerais seriam dissolvidos no seu último dia, aqui e agora, na sua Assembléia Geral de encerramento.

Hoje, neste dia simbolicamente especial, dia dos Finados, o II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise será solenemente enterrado como todos os mortos. O que ficará dele somente é a sua potência de disseminação e nenhuma modalidade de institucionalidade. O que já é muito, venhamos e convenhamos. Este foi o nosso compromisso e nossa promessa insistente, nestes três anos de preparação, apesar da descrença e do ceticismo de alguns que nos escutaram sobre isso, fazendo sempre ouvido-de-mercador. Entretanto, o nosso compromisso e a nossa promessa foram para valer e o II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise se dissolve hoje aqui e agora, neste marco simbólico do dia dos Mortos.

III. Amizade, crueldade e soberania

Porém, é evidente que as instituições psicanalíticas, que detém a **soberania** do campo da psicanálise, ficaram francamente incomodadas com um evento desta envergadura e porte, contando com este elevado nível de participação. Por isso mesmo, quiseram sabotar o II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise. Tentaram mesmo fazer isso, de diferentes maneiras, mas não conseguiram. Felizmente, aliás, pois conseguimos reunir e catalisar outras forças presentes ao movimento psicanalítico, para tornar exequível este II

Encontro Mundial, neutralizando as sabotagens ostensivas que foram realizadas para impossibilitá-lo.

Foram destas instituições certamente que vieram os múltiplos boatos de que os Estados Gerais da Psicanálise queriam constituir uma outra instituição psicanalítica e mesmo uma outra internacional da psicanálise, não obstante o compromisso explícito e reiterado assumido pelo Comitê Executivo, nas Assembléias Gerais preparatórias, de que este II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise seriam dissolvidos no seu último dia, na Assembléia final do evento.

É bastante importante evocar isso hoje, aqui e agora, neste momento solene e simbólico de encerramento deste II Encontro Mundial, por diversas razões. Antes de mais nada, para esvaziar estes boatos em ato, proclamando a referida dissolução e não propondo qualquer institucionalidade e continuidade daqui decorrente. Em seguida, é preciso evocar ainda enfaticamente que a **crueidade** é a forma pela qual todas as soberanias sempre agiram, inclusive a psicanalítica.⁵ Tais boatos com efeito, assumiram a forma cruel de sabotagem direta e inescrupulosa, sem a presença de qualquer lealdade política e mesmo de qualquer postura ética, como ocorreu durante todo o período de preparação deste evento.

É óbvio que tudo isso apenas aconteceu porque o discurso da democracia direta dos Estados Gerais da Psicanálise se choca frontalmente com as formas de soberania existentes nas grandes instituições psicanalíticas, marcadas que estas são pela hierarquia ostensiva, na melhor das hipóteses, quando não pelo totalitarismo mais cabal e evidente. É deste choque de pressupostos, ético e político, que o confronto se constituiu e se transformou mesmo num embate francamente político. Foi neste embate crucial que a crueldade foi colocada em ação, na medida que a disseminação das propostas dos Estados Gerais da Psicanálise colocava em questão os pressupostos da soberania das instituições psicanalíticas vigentes.

No entanto, a crueldade presente em psicanálise não se restringe apenas aos efeitos políticos no campo do movimento psicanalítico, como se sabe. Quem dera que fosse só isso! Infelizmente, não é. Nós sabemos perfeitamente que a crueldade que aparece de forma difratada e disseminada no campo político da psicanálise, se exerce ainda de maneira ainda mais brutal e se evidencia de forma mortífera na experiência da transferência, gerando aqui modalidades masoquistas de **servidão** que dilaceram efetivamente as subjetividades e as

⁵ Derrida, J. *Les états d'âme de la psychanalyse*. Paris, Galilée, 2000.

impedem de se transformar em singularidades propriamente ditas.⁶ Este é o efeito perverso maior da crueldade no campo da transferência, que se inscreve também como uma marca maldita no campo de algumas formas de institucionalidade da psicanálise.⁷

Por isso mesmo, as instituições psicanalíticas se constituem freqüentemente como organizações de **massa**, sustentadas que são de maneira **vertical** em torno de certos líderes carismáticos e que não suportam outras formas de organização cujos laços sociais são tecidos de maneira **horizontal**. Seria desta horizontalidade que as singularidades poderiam vir a se constituir efetivamente em ato, já que poderiam estabelecer entre si relações fundadas na ética da **amizade**.⁸ Seria em decorrência disso, enfim, que os Estados Gerais da Psicanálise ameaçam frontalmente as soberanias existentes no campo psicanalítico, que lhe atacaram então com o exercício pleno da crueldade.

O que está em pauta neste ponto específico, isto é, de que os Estados Gerais da Psicanálise pretendiam constituir uma outra soberania no campo psicanalítico, é uma experiência especular pela qual aqueles que a detém e a exercem de fato não podem acreditar de que qualquer um outro possa efetivamente funcionar diferente de si. Contudo, é justamente a emergência da **diferença**, como problemática ao mesmo tempo ética e política, que está em questão nos Estados Gerais da Psicanálise. É precisamente porque a diferença se produz aqui, que a amizade se torna efetivamente possível. Além disso, é porque a diferença se agencia, neste contexto, que a singularidade pode ser assim constituída. É apenas desta maneira, enfim, que uma multidão de singularidades pode se tornar real e não ser simplesmente um mero efeito de retórica.

IV. Desconstrução e descentramento na função leitor

Entramos com isso decididamente na questão do **dispositivo** fundamental deste II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise. Trata-se da função **leitor**. Encontra-se condensado e materializado aqui o cavalo-de-batalha que marcou alguns de nossos embates, pois diversas pessoas prefeririam que cada um apresentasse diretamente o seu próprio trabalho, sem a mediação da leitura de um outro.

É claro que a função leitor funcionou mal, em geral, no I Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise, em Paris. Isso porque apenas alguns dentre os leitores

⁶ Birman, J. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, 4ª edição.

⁷ Birman, J. *Idem*.

⁸ Derrida, J. *Politiques de l'amitié*. Paris, Galilée, 1994.

realizaram devidamente esta função, já que os demais não leram como deviam os trabalhos dos colegas que foram enviados e realizaram suas intervenções centrados principalmente no que pensavam sobre o tema em questão. Por isso mesmo, alguns dos colegas que lá estiveram ficaram decepcionados com o resultado. Resolvemos, então, retificar e codificar o dispositivo, para que funcionasse como devia. Existe um consenso aqui, nesta Assembléia Geral, de que o dispositivo do leitor funcionou muito bem neste II Encontro Mundial dos Estados Gerais da psicanálise, superando efetivamente as disfunções e ruídos da reunião anterior. O que indica e comprova de maneira cabal a eficácia deste dispositivo, para as grandes reuniões dos Estados Gerais da Psicanálise que possam vir acontecer no futuro.

Ao lado disso, no entanto, gostaria de trabalhar agora tudo isso no nível do **argumento** teórico e político, para além de qualquer questão de eficácia, que já se mostrou factível e operacional. Assim, vejamos as questões que foram colocadas neste embate.

Foi dito que a função leitor impediria que cada um pudesse se singularizar, apresentando diretamente o seu próprio trabalho, em primeira pessoa. Além disso, que o leitor funcionaria como representante do autor, que desapareceria então por detrás daquele. Com isso, a Comissão Executiva estaria propondo assim o retorno à idéia de **representação** e de **delegação**, que contrairia o espírito dos Estados Gerais da Psicanálise.

Será que é isso mesmo? É isso mesmo que está em pauta na proposição da função leitor?

Isso não me parece um argumento consistente. Afirmo isso por múltiplas razões. Antes de mais nada, todos os autores puderam efetivamente se enunciar pelo envio de seus trabalhos, que foram colocados no espaço coletivo do **site** e que vão aí continuar expostos ainda por algum tempo. Não existem, portanto, o silenciamento da função autor, que continuou a existir ao lado da função leitor. Além disso, os ditos autores estavam sempre presentes nas plenárias do II Encontro Mundial, escutando os seus respectivos leitores. Puderam então seja questionar seja interpelar os seus leitores sobre isso, como alguns o fizeram até mesmo com veemência, diga-se de passagem.

Entretanto, a função leitor realizou um algo a mais e estaria justamente nisso a sua riqueza e originalidade. Reside mesmo nisso a sua especificidade. Assim, cada leitor inscreveu o escrito de um autor num campo de vários outros, promovendo então uma **leitura**

diferencial no campo de cada uma das temáticas em questão. Com isso, indicou diferenças e semelhanças num dado conjunto de escritos.

Nesta perspectiva, a função leitor realiza a **desconstrução** da função autor, deslocando a sua fala empreendida na primeira pessoa, inscrevendo cada escrito num conjunto que se ordena como um tecido diacrítico de diferenças. Enfim, o que o leitor como função realiza é o **descentramento** do autor como função, ao inscrevê-lo num conjunto imantado de diferenças.

Porém, não é isso justamente o que caracteriza o dispositivo psicanalítico? Não é para o descentramento do sujeito, do registro do eu, que o analista convida o analisante, quando lhe propõe a regra fundamental, isto é, de que deva dizer o que lhe vem ao espírito sem se preocupar com a sequência lógica de sua narrativa? E não é nisso que acreditamos que possa provocar a emergência do imprevisível, isto é, do inconsciente como o não-dito e mesmo como o maldito?

Portanto, existe algo que soa mal aqui nesta discussão. Há algo de podre no Reino da Dinamarca, como nos disse Shakespeare. É estranho que os psicanalistas usem aqui de dois pesos e de duas medidas, uma para os analisantes e outra para si próprios. Isso porque o que a função leitor realiza efetivamente é inscrever as linguagens e narrativas de cada autor num conjunto de escritos para promover efeitos de diferença.

No entanto, é preciso ainda formular algo a mais sobre isso. Pode-se dizer que do ponto de vista do inconsciente não existe autor nem tampouco autoria, justamente pelos efeitos da lógica diferencial e diacrítica da linguagem. Esta conclusão que se pode tirar rigorosamente do discurso psicanalítico se encontra com uma formulação crucial de Foucault sobre o estatuto da linguagem na modernidade, qual seja, de que é a linguagem na sua errância infinita o que faz obra efetivamente, no campo da qual a questão da autoria não é importante.^{9, 10} Seria por este viés, portanto, que o sujeito, resultante dos entrechoques diferenciais das singularidades no campo da multidão, poderia se constituir em ato pelos efeitos diacríticos da função leitor.

VI. Conclusão

De tudo isso, pode-se depreender facilmente que a crítica velada da Assembléia Geral permanente e o desejo de se estabelecer o modelo acadêmico de congresso, no qual cada um

⁹ Foucault, M. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.

¹⁰ Foucault, M. "Qu'est-ce qu'un auteur?". In: Foucault, M. *Dits et écrits*. Volume I. Paris, Gallimard, 1994.

apresenta o seu trabalho diretamente, evidencia o medo do que é inesperado e imprevisível em qualquer Assembléia Geral, qual seja, a politização de seus efeitos. Reencontramos assim, por este outro viés, uma das oposições maiores da contemporaneidade, isto é, a oposição entre política e mercado.

As grandes corporações psicanalíticas se sentem ameaçadas pelos Estados Gerais da Psicanálise, justamente porque as suas soberanias são colocadas temporariamente em questão. Isso porque os Estados Gerais da Psicanálise desestabiliza o jogo de cartas marcadas do mercado psicanalítico e coloca a polis na cena primordial da Assembléia Geral. Estaria justamente aqui, enfim, o efeito fundamentalmente político dos Estados Gerais.